

Lutas sociais e relações de gênero: a participação das mulheres no MST

Renata Gonçalves Honório* - PPG-UNICAMP

As mulheres sempre encontraram dificuldades para atuar no interior do processo revolucionário. Eram acusadas de serem “feministas” e concederem excessiva importância aos “assuntos de mulheres”. Significavam, para os movimentos revolucionários, uma espécie de dupla ameaça. Por um lado, possuíam um atraso decorrente da longa e pesada ausência da esfera política. Por outro, o próprio reconhecimento de que era necessário realizar um esforço especial para sua emancipação era acompanhado pelo temor de que tal esforço comprometesse as realizações dos “objetivos fundamentais” da revolução. Um receio que foi muitas vezes invocado como justificativa para o adiamento estratégico deste “esforço especial”, o que, na prática, significou deixar o enfrentamento da desigualdade entre os gêneros para quando as transformações “infra-estruturais” estivessem consolidadas.

Esta postura política aprofundou um fosso entre aqueles que atribuíam grande importância também às chamadas questões “específicas” e os que se voltavam exclusivamente para o que consideravam questões “gerais”. Neste contexto, as mulheres não ganharam, no campo das lutas concretas, a visibilidade necessária. Representavam, de alguma forma, ou um grupo de apoio ou um grupo solitário. Nos dois casos não houve espaço para a *unidade*.

As mudanças ocorridas em processos revolucionários, embora representem avanços, não alteram significativamente a desigualdade entre homens e mulheres¹, especialmente no tocante à composição por gênero da liderança social, política e econômica.

Por que isto ocorre? Eis uma questão de importância fundamental e cuja resposta depende, no plano teórico, da contribuição de inúmeras pesquisas a serem realizadas no âmbito de diversos campos do conhecimento. Mais do que em razão de “desvios” ou “traições”, isto se deve a determinações muito concretas da dominação capitalista de classe, determinações que têm sido sistematicamente ignoradas teórica e praticamente (o que significa que foram sistematicamente repostas) pelos movimentos voltados para a transformação social.

Como superar, nos planos teórico e prático, esta fragmentação das lutas sociais e vislumbrar lutas pela emancipação das mulheres que se imbriquem com as ações anticapitalistas?

É comum a tese de que a dominação sexual é mais arraigada na cultura do que a exploração capitalista e que, portanto, o governo do capital e a emancipação das mulheres são irreconciliáveis². Há nesta formulação o risco de, por excesso de abstração, reintroduzir no marxismo o que há de mais ideológico no universalismo da ilustração, sem faltar, inclusive, o ingrediente naturalizante das relações de gênero. No nível de abstração em que esta tese permanece, o que fica fora de foco é a questão de se existem e, no caso de existirem, como se constituem, imbricações entre dominação capitalista de classe e relações de gênero.

Desigualdades de gênero para melhor reprodução do capital

Tentemos aprofundar um pouco mais o exame destes nexos no contexto das alterações em curso nas relações de classe, especialmente no que se refere à composição do proletariado. Vários autores, a começar pelo próprio Marx, enfatizam um duplo aspecto do processo de proletarização que, por um lado, significa separação da propriedade dos meios de produção e da capacidade de transformar a natureza com recursos próprios e, por outro, não denota necessariamente a criação de novos lugares relativos a trabalho produtivo manual³.

Há, portanto, uma contradição objetiva inerente ao processo. De um lado, um grande número de produtores diretos é separado dos meios de produção transformando-se em proletários e, de outro, este mesmo proletariado tende a diminuir na medida em que não há lugar para todos na esfera produtiva. A distinção entre o que poderíamos chamar de proletariado em sentido amplo e o proletariado em sentido estrito não é fixada de uma vez por todas. Ela depende, em larga medida, das lutas sociais, inclusive dos padrões tecnológicos nas quais se materializam. Neste sentido, tende a se manifestar de maneira desigual entre as distintas formações sociais e mesmo no interior delas.

E como se inserem as mulheres neste processo?

Nos últimos anos, ocorre uma forte ascensão da participação feminina na chamada população economicamente ativa. O crescimento da participação feminina é um dos principais aspectos da recomposição do proletariado que se iniciou cerca de três décadas atrás e que ainda se encontra em curso.

Mas é preciso ir além de um enfoque meramente quantitativo, pois este aumento da participação feminina não se deu igualmente em todos os setores. No Brasil, enquanto a PEA feminina no setor primário diminuiu, no setor secundário cresceu ligeiramente, e o setor de maior crescimento foi no terciário, onde a participação feminina saltou de 24,6% para 67,1%. Também se pode perceber maior concentração em algumas categorias ocupacionais específicas, constituindo-se uma “sexualização das ocupações”. O que significa que o setor de serviços não se constitui em uma abstração. Trata-se, sem sombra de dúvidas, do principal gueto ocupacional feminino, mas cuja concentração se dá, sobretudo, no emprego doméstico. Em 1995, quase 5 milhões de brasileiras tinham como ocupação principal o serviço doméstico remunerado.

Quais as implicações deste modo de presença feminina na PEA para a imbricação das relações de classe com relações de gênero?

Em países como a França, onde ocorreu forte ampliação do contingente feminino da PEA, a prosperidade do emprego das mulheres vive sob a ameaça do desemprego e a marca da desigualdade. O subemprego instalou-se desde meados da década de 70, ao lado das diferentes formas de trabalho precário (trabalho interino, contrato a tempo determinado, estágios os mais variados...), as quais atingem predominantemente as mulheres. O resultado foi um “processo de pauperização invisível” atrelada aos salários também parciais. No Brasil, a precarização das condições de trabalho das mulheres se deve a um fosso entre um pequeno número de trabalhadores qualificados e um grande número de não qualificados. As mulheres sendo maioria entre os não qualificados. Há uma clivagem de gênero que fica mais nítida quando se trata do trabalho informal: no município de São Paulo as mulheres representam 52% da população ocupada no setor informal. Ou seja, o emprego só teve um aumento entre as menos instruídas⁴.

Assistimos, portanto, a uma verdadeira deterioração das condições de trabalho, principalmente o feminino, sem que, ao mesmo tempo, haja uma redefinição de papéis entre homens e mulheres.

Neste contexto, o trabalho que seria sinônimo de emancipação feminina, apresenta crescentemente uma segunda e contraditória determinação: aprisionar duplamente as mulheres. A feminização do trabalho é associada à da pobreza, uma vez que a opressão das mulheres é para os capitalistas um instrumento que permite gerir o conjunto da força de trabalho. Não é obra do acaso se esta feminização ocorre em escala mundial: não existe país no mundo, inclusive nos mais avançados neste campo, onde as rendas das mulheres se igualem à dos homens.

Alterações na definição dos objetivos e nas formas de luta: as mulheres no MST

No geral, os movimentos sociais (velhos e/ou novos) que se pretenderam anticapitalistas ignoraram que as relações de gênero estavam profundamente imbricados nas estruturas da dominação capitalista de classe. Não atentar para isto implicou reforçar reproduzir dispositivos fundamentais da dominação que se pretendia combater. Ironicamente, isto foi feito, quase sempre, em nome de um discurso que justificava o adiamento do secundário em nome da prioridade do combate aos aspectos fundamentais da dominação burguesa. Resultado: a luta pela emancipação favoreceu a reprodução de uma espécie de *apartheid*. A dominação capitalista de classe se reproduz produzindo e reproduzindo “diferenças” que, no fundo reforçam preconceitos, inclusive de gênero. Neste sentido, a afirmação de que somente os produtores diretos possuem, devido a sua capacidade de classe, forças para paralisar ou transformar a maquinofatura capitalista, precisa ser completada por uma outra: “a classe operária tem dois sexos”⁵. Do contrário, fica obscurecida a dinâmica sexista do capital. Não somente as derrotas do passado, mas a alterações em curso nas relações de classe, especialmente na (re)composição da classe trabalhadora repõem, de maneira ainda mais crucial, a importância das relações de gênero para as lutas sociais. As condições de existência do proletariado se tornaram, no geral, mais precárias; a presença feminina no

interior do proletariado aumentou; e aumentou principalmente nos segmentos mais afetados pela precarização. Esta maior imbricação de relações de gênero e relações de classe implica a exigência de alterações profundas na definição dos objetivos de curto e longo prazo, nas formas de luta e nos tipos de organização. É ao que parece estar atento o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As lideranças do MST afirmam constantemente que querem aprender com os “erros” dos movimentos sociais do passado a fim de superá-los. Um dos “erros” cometidos pelos movimentos que pretendiam transformar a sociedade foi o de ter colocado uma divisão entre homens e mulheres no que diz respeito à participação política. A luta pela terra é considerada como uma luta da família, o que inclui homens, mulheres e crianças. Contrariamente aos sindicatos e/ou partidos políticos em que freqüentemente os maridos participam enquanto as mulheres ficam em casa cuidando das tarefas do lar, as diretrizes do MST mencionam a necessidade de construir novas relações de gênero no interior do movimento. Esta perspectiva muda a vida das mulheres sob vários aspectos. Todavia, o reconhecimento da necessidade de participação das mulheres é fruto de um processo pouco linear, complexo e contraditório ainda em andamento. No início, este debate foi assegurado principalmente pela militância feminina, mas, aos poucos ganha fôlego nas trincheiras masculinas em movimento.

Ainda nos anos 80, quando pouco se sabia sobre este movimento, foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres do MST. Esta pressionou para que houvesse grupos de mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos de cada estado. Além disso, reivindicava que as lideranças nos estados e nos assentamentos apoiassem as organizações das mulheres dentro do movimento.

Os vários Encontros Nacionais conduziram à publicação, em setembro de 1989, da primeira edição das *Normas gerais do MST*, onde que foi incluído um capítulo sobre a “articulação das mulheres”. E elas estão presentes nas várias formas de luta do Movimento. Uma delas é no processo de ocupação de terra onde as mulheres estão sempre à frente, sobretudo nos momentos de confronto com a polícia formando uma espécie de cordão de proteção. Nestes

momentos a imagem de mãe, santa, protetora desempenha uma função num duplo sentido: de um lado, os sem-terras se protegem sob o manto da santa e, de outro, os policiais não ousam atacar pelo mesmo motivo. O envolvimento das mulheres na luta pela terra tem aspectos desta percepção do feminino, mas há outros elementos que foram sendo construídos por elas. No Pontal do Paranapanema, a primeira experiência exclusivamente de mulheres foi uma ocupação de terras. A segunda foi a ocupação de uma agência do Banco do Brasil, em 1997. Ambas as experiências deram surgimento a uma série de atividades que levaram ao questionamento da própria composição por sexo da estrutura do Movimento na região.

Vário(a)s militantes que entrevistamos observam que o ano de 1996 foi crucial para a mudança no que diz respeito à maneira como as mulheres passaram a atuar na luta pela terra no Pontal. O episódio mais citado é o da ocupação da Fazenda São Domingos cujos desdobramentos foram outras ações das mulheres. Esta ocupação ocorreu num período de intensa criminalização dos envolvidos na luta pela terra: *“A maioria do pessoal que tava na direção naquela época tava foragido, né? E aí as mulheres definiram então que iriam fazer uma ocupação pra mostrar que se tivesse que prender os companheiros, então teria que prender as companheiras também porque não eram só os meninos que tavam fazendo o Movimento, né? As mulheres também tavam, né?”* (R. assentada e militante).

Como lembra um assentado e militante, *“as mulheres foram se politizando no próprio processo de luta e foram se animando mais”*. Depois desta ocupação fizeram três marchas só de mulheres, ocuparam Bancos e Fóruns com o objetivo de impulsionar a liberação dos créditos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) para as áreas que haviam sido recentemente transformadas em assentamentos. Para além deste objetivo imediato, este processo se tornou referência de luta no dia Internacional da Mulher e favoreceu o debate interno ao Movimento, seja nas suas estruturas organizacionais sejam nos seus espaços de atuação, mais especificamente nos acampamentos e assentamentos.

As maiores transformações se deram no espaço dos acampamentos. Apesar de não haver uma regra rígida de ordenação, quase sempre as famílias constroem seus barracos de

plástico preto próximos àquelas das quais são amigas, têm afinidades, etc. Em função da distribuição de famílias, são abertas as “ruas”, construídos os espaços comunitários e formados os Núcleos de Famílias que se subdividem em setores (disciplina, educação, formação, frente de massas, gênero, higiene, infra-estrutura, saúde, cultura, mística) e que elegem os representantes que farão parte da *Coordenação Política do Acampamento*. O todo formando uma “organicidade política”. Cada Setor conta *hoje* com a coordenação de um homem e de uma mulher⁶, cujas tarefas são identificar e resolver as dificuldades encontradas nos Núcleos de Famílias. Todos os membros, independentemente de sexo, raça, religião são envolvidos nas atividades do acampamento. São nestas primeiras aprendizagens de vida coletiva que homens, mulheres e crianças fazem a experiência da partilha das tarefas. As experiências nos acampamentos é uma das mais importantes, pois é o momento em que se começa a viver coletivamente, o que, por sua vez implica estabelecer algumas regras de convivência, materializadas no chamado “regimento interno” decidido em assembléia e que estabelece os “códigos” de conduta de cada membro do acampamento. A vida no acampamento tem outras regras, outras sociabilidades, outras aprendizagens que impõem a criação de uma vivência coletiva onde cada um depende de todos e todos de cada um. Instaura-se um código de convivência com regras próprias e as decisões são tomadas em assembléias. O acampamento proporciona às mulheres a participação efetiva em atividades que no geral são definidas como pertencentes ao espaço público e, logo, atividades de homens. É o momento e lugar em que as mulheres chegam mais próximas de um *status* de igualdade com os homens. Participam da construção dos barracos, rasgam a lona, estão nas comissões, etc. Neste processo, o chamado espaço doméstico-privado também adquire novas dimensões. O próprio acampamento (con)funde espaço “privado” e espaço público. Além disso, neste espaço demarcado os barracos têm de ser construídos muito perto uns dos outros, gerando um grande desconforto por causa da perda de intimidade. No que diz respeito às desigualdades de gênero, a fase do acampamento fornece uma aprendizagem nova: este mesmo desconforto causado pela perda de intimidade, acaba sendo compensado pela impossibilidade da conhecida violência

doméstica de que são vítimas principalmente as mulheres. Vários estudos demonstram que estas acabam sendo vistas como propriedades dos “machos” da família e como tal são facilmente objetos de violência. No acampamento, ao contrário, qualquer tipo de violência contra qualquer membro é expressa e terminantemente proibido. Assim, a pessoa (homem ou mulher) que cometer um ato de violência será punida e, em caso de reincidência, expulsa pela comunidade. A fase do acampamento também é aquela de maior participação das mulheres: participam das reuniões, opinam e, sobretudo, fazem a experiência da argumentação política, espaço de onde sempre estiveram excluídas. As mulheres desempenham tarefas consideradas femininas, ligadas à saúde, educação e infra-estrutura. Por exemplo, muitas coordenam a merenda, a Pastoral, a higiene, a escola, etc. Todavia, para além destas tarefas que poderíamos denominar “tipicamente” femininas, no acampamento podemos observar a existência da inversão de papéis de gênero, como é o caso da segurança que, apoiada no atributo da força física, sempre foi tida como função “tipicamente” masculina. Esta inversão é resultado de amplo debate provocado pelo Setor de Gênero dentro do MST. Os acampamentos são os momentos em que se operam verdadeiras mudanças. Para além das transformações relativas à consciência de classe, oriunda do processo de se auto-reconhecerem como “sem terra”, a vida no acampamento acaba contribuindo para moldar novas relações de gênero, havendo, no mínimo, um embaralhamento de cartas, ou seja, uma ruptura com uma condição estática de inferioridade feminina que parecia tão “natural”⁷.

* Pesquisadora do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais) da PUC-SP e doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp.

¹ FALQUET, Jules. “Division sexuelle du travail révolutionnaire : réflexions à partir de l’expérience salvadorienne, 1970-1994). *Cahiers des Amériques Latines*, n° 40, Paris, IHEAL, 2003.

² Ver ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

³ A este respeito, ver MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, vol. III, t. 2, 1988; BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1998.

⁴ JAKOBSEN, K. *et alii*. *Mapa do trabalho informal*. São Paulo, Perseu Abramo, 1998.

⁵ SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

⁶ Ao invés de “cota”, trata-se de envolver mais as mulheres – conquista do recém formado Setor de Gênero. Ver CAMPOS, Cristiani. *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder*. São Paulo, ANCA.

⁷ Uma análise mais detalhada da participação das mulheres nos acampamentos do MST pode ser encontrada, dentre outros, em HONÓRIO, Renata Gonçalves. “Acampamentos: novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra do Pontal do Paranapanema”. *Lutas Sociais*, n° 13, São Paulo, NEILS, 2005, no prelo.